

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório, o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de **Utensílios de cozinha**, para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos contidos no Apêndice I.

1.2. Os itens que constituem objeto deste Termo de Referência são de participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A solicitação para abertura do procedimento licitatório para aquisição de utensílios de cozinha se faz necessária a fim de equipar adequadamente as unidades de ensino da rede municipal. Haja vista que, com o uso contínuo desses equipamentos nas unidades de ensino, ocorre o desgaste e danificação destes, sendo necessária a recomposição para o bom desenvolvimento das atividades rotineiras do ambiente escolar. Além de que, o trabalho desenvolvido pelas merendeiras nas unidades de ensino, de toda a rede municipal, exige árdua rotina e intenso trabalho em ambiente que necessita de segurança, limpeza e higiene assídua por parte de cada profissional, ao que se exigem bons equipamentos para desenvolver o trabalho com qualidade. Esses são insumos básicos que garantem condições mínimas de preparo dos alimentos. Também deve ser considerado o crescimento populacional do município que é constante e volumoso, especialmente com a construção de novas salas de aula que ampliou a quantidade da clientela atendida, resultando na obrigatoriedade da rede municipal de ensino ofertando vagas para novas matrículas e acolhimento dos estudantes. Para tanto, se faz necessário realizar o devido investimento na estrutura e bem estar dos ambientes, a fim de proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento do ensino, além da qualificação no trabalho dos servidores.

2.2. A aquisição de utensílios de cozinha se faz necessária para viabilizar os serviços executados por esta Secretaria, se tratam de serviços permanentes estipulados pela Política da Assistência Social, devidamente regulamentada pelas respectivas leis e normativas. Os utensílios de cozinha, permitirão que a equipe possa trabalhar em condições adequadas, além de potencializar o atendimento aos usuários, devido sua grande quantidade e rotatividade.

2.3. A disponibilidade de um ambiente adequado, com utensílios e equipamentos apropriados, contribui para o conforto e bem-estar dos colaboradores/usuários. Isso reflete diretamente na satisfação dos funcionários, visitantes ou beneficiários, resultando em um clima organizacional mais positivo e um serviço de qualidade. Os utensílios de cozinha, permitirão que a equipe possa trabalhar em condições adequadas, além de potencializar o atendimento aos usuários, devido sua grande quantidade e rotatividade. Se faz necessária a manutenção regular e substituição de itens desgastados ou danificados. Com o uso contínuo, é natural que os utensílios apresentem desgaste, o que pode comprometer a segurança alimentar e a eficiência operacional. Portanto, considerando os aspectos mencionados acima, a aquisição de material de consumo para copa e

cozinha é essencial para garantir o bom funcionamento da Secretaria e cumprir com as exigências sanitárias e de qualidade.

3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

3.1. A elaboração de Estudo Técnico Preliminar não se faz necessária, uma vez que, o objeto desta contratação não se encontra em nenhuma das hipóteses obrigatórias listadas no art. 18 do Decreto Municipal nº 100/2023.

4. DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVO

4.1. A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do art. 29º da Lei nº 14.133.

4.2. A adoção do registro de preços enquadra-se nas hipóteses previstas nos incisos I II e III do art. 38º do Decreto Municipal nº 099/2023.

5. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

5.1. Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

6. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.1. A empresa a ser contratada deverá ser aquela que oferecer o **MENOR PREÇO** por **ITEM**, modo de disputa: **ABERTA**.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a execução do objeto desta licitação possuem valor máximo total aceitável de **R\$ 192.040,27 (Cento e Noventa e Dois Mil e Quarenta Reais e Vinte e Sete Centavos)**.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. A ata de registro, decorrente do procedimento realizado terá vigência no período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observado o saldo remanescente e os gastos mensais para estabelecer o prazo da prorrogação.

9. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

9.1. A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

- I. Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

II. Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

9.2. Os documentos relacionados no subitem 9.1., para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.

9.3. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado às Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5. prazo para regularização de documentos que se trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.

9.6. A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 9.4. deste Termo de Referência, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

9.7. Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.8. Nesta modalidade (Pregão), o intervalo percentual estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

9.9. Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.9.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.9.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.9.5. O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

10.1. A empresa deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste, e deverá conter:

10.2.1. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

10.2.2. O valor unitário e global do ITEM que deseje concorrer, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

10.2.3. Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

10.3. A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

10.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.4.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste.

10.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste.

10.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

10.7. O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste.

10.8. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.9. Incumbirá à empresa acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

10.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

10.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

10.12. Não será aceito proposta com quantitativos inferiores ao máximo descrito neste Termo de Referência.

11. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3.1. O objeto do presente Termo de Referência será recebido:

- a) **Provisoriamente**, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com a especificação constante no Termo de Referência;
- b) **Definitivamente**, pelo fiscal após a conferência, verificação da especificação, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

11.3.2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora/Contratada.

11.3.3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

12. DOS PRAZOS DA ENTREGA.

12.1. O prazo para entrega do objeto do presente edital será de até **15 (Quinze) dias corridos**, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

12.1.1. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) constantes no Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **07 (Sete) dias corridos**, contado do recebimento da solicitação.

12.1.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: Central de Abastecimentos, localizada na Rua Artur da Silva Correia nº 44, Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe - PE, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda à sexta-feira.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. **A contratada obriga-se a:**

13.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18, 23, 24 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);

13.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, conforme o prazo do subitem 12.1.1 os produtos com avarias ou defeitos;

13.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria, inerentes ao objeto deste Termo de Referência;

13.1.5. Comunicar à Secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13.1.7. Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, tais como condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e para a contratação;

13.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

13.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, ENTREGA e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

13.1.10. Possibilitar a Secretaria, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

13.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município, a suas Secretarias e/ou aos demais Fundos ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento desta;

13.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

13.1.13. Comunicar por escrito eventual atraso e anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando para tantas razões justificadoras a serem apreciadas pela Secretaria.

13.1.14. Não transferir sob nenhum pretexto sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

13.1.15. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone;

13.1.16. Responsabilizar-se com todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas, etc.

13.2. A Contratante obriga-se a:

13.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

13.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.2.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

13.2.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada a terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

14.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no banco nacional de compras, e ainda nos seguintes cadastros:

14.2.1. Possuir Cadastro no **BNC (Banco Nacional de Compras)**;

14.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

14.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

14.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.2.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.2.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.2.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.2.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **Banco Nacional de Compras**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

14.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Banco Nacional de Compras**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

14.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.8. Para fins de habilitação a este Pregão, deverá à licitante detentora da melhor oferta, encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas contadas da solicitação emitida via chat pelo Pregoeiro, os documentos abaixo relacionados:

14.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.9.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.9.4. Documento oficial de identificação que contenha foto do representante do licitante;

14.9.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

14.9.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.9.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.9.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.9.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

14.10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

14.10.1. A regularidade fiscal deverá ser verificada pelo Pregoeiro. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

14.10.1.1. **CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

14.10.1.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.10.1.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

14.10.1.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.10.1.5. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

14.10.1.6. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

14.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

14.11.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 - TCU Plenário);

14.11.1.1. As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos - 1º e 2º grau), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 14.11.01.

14.12. OUTRAS COMPROVAÇÕES

14.12.1. **Declaração de ME/EPP** caso a licitante se enquadre nesta condição, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo IV do Edital;

14.12.2. **Declaração de Conjunta**, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo V do Edital;

14.12.3. **Dados comerciais** para elaboração de contrato da vencedora do pregão, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo VI.

14.13. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

14.13.1. Sob pena de desclassificação, a empresa deverá anexar junto aos documentos de habilitação o documento abaixo relacionado:

14.13.1.1. Apresentar número de certificado do **INMETRO PT. nº499/2021** para avaliação de conformidade referente aos itens: **1, 2, 13, 17, 27, 36, 37, 45, 46 e 47.**

14.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

14.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.20. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

14.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14.23. Caso haja algum documento ausente e que se refira à condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, este haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro ainda na sessão, obedecendo o prazo estabelecido pelo pregoeiro. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).

14.23.1. O disposto previsto no art. 64, da Lei 14.133/2021, reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).

14.24. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município de Santa Cruz do Capibaribe convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

14.25. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos neste Pregão.

15. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM

15.1. A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Educação, através de seu Secretário.

15.1.1. A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

15.2. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

15.2.1. Os fiscais designados serão:

- Fundo Municipal de Assistência Social: O Sr. **José Luiz Renan da Silva**, Portaria nº **022/2024**.
- Secretaria de Governo: O Sr. **José Luiz Renan da Silva**, Portaria nº **022/2024**.
- Secretaria de Educação: Sr. **André Lopes Feitosa**, Matrícula nº **006360**.

15.2.1.1. Os fiscais serão designados para fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, na forma do que dispõe o art. 104, III c/c art. 117, ambos da Lei n. 14.133/21, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento do objeto e de tudo dará ciência a Administração.

15.2.1.2. Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

15.3. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços Corporativa e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa/Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços Corporativa/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.4. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada.

- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços Corporativa e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

16. MEDIDAS ACAUTELADORAS

16.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, de acordo com as condições previstas na ata de registro de preço.

17.2. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro e sua equipe.

17.3. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato de fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo órgão gerenciador, no total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo o órgão gerenciador negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

17.3.1. A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pelo Município, bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.

17.3.1.1. O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria, para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

17.3.1.1.1. O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do Município de Santa Cruz do Capibaribe tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

17.3.2. Caso não ocorra o pagamento da multa, a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a com o Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o município pelos prejuízos resultantes, não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) meses, estabelecidos no item 17.3.

17.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

17.5. As comunicações entre o município e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

18. RECEBIMENTO DAS NOTAS DE EMPENHO

18.1. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

18.2. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

19.1.1. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da Administração.

19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

20. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

20.1. No interesse do Órgão gerenciador o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

20.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

20.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

21. SANÇÕES

21.1. As sanções aplicáveis e os procedimentos a serem observados serão os previstos nos artigos 82 ao 91 do decreto municipal nº 099/2023 e nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, no que couber, respeitados a ampla defesa e contraditório.

21.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

21.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

21.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

21.1.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.13. Praticar atos lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);

21.4. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII do art. 156 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei).

21.6. Multa

21.6.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.

21.6.2. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato.

21.6.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.

21.6.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

21.6.5. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

21.6.6. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

21.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

21.8. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

21.9. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

21.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021)

21.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

21.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.14. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

21.14.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.14.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.14.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.14.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

21.14.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

21.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

21.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

**CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES**

21.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 12 de setembro de 2024.

Cleciana Alves de Arruda
Secretária Municipal de Educação
Portaria GP 004/2021



**APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório, o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de **Utensílios de cozinha**, para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos abaixo:

ITEM	DIVISÃO DE COTAS	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	ASSADEIRAS EM ALUMINIO- ALTA; RETANGULAR; EM ALUMINIO POLIDO; LINHA INDUSTRIAL; TAMANHOS MINIMOS Nº02; DIMENSÕES ALT. 5,00 CM; LARG. 21,00 CM; COMP. 31,00 C; ESPESSURA 2MM; LITRAGEM 3, 2.COM CERTIFICADO DO INMETRO.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	35	R\$ 18,37	R\$ 642,95
2	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	ASSADEIRA RETANGULAR ALUMINIO – TAMANHO 60CM DE COMPRIMENTO X 330 CM DE LARGURA E 6CM DE PROFUNDIDADE.COM CERTIFICADO DO INMETRO.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	15	R\$ 144,05	R\$ 2.160,75
3	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	AFIADOR DE FACA MANUAL - DISCO DIAMANTADO DE ALTA CAPACIDADE DE AFIÇÃO; DOIS SENTIDOS; SUPORTE EM ABS; CABO ERGONOMICO; DIMENSÕES: COMP. 198MM; LARGURA 52MM; ALTURA: 66MM. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	37	R\$ 17,55	R\$ 649,35
4	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	BANDEJA DE AÇO INOXIDAVEL COMPRIMENTO: 50 CM, LARGURA: 30CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ALÇA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	100	R\$ 205,31	R\$ 20.531,00
5	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	BANDEJA PLÁSTICO RETANGULAR 48 X 33 CM COR BRANCA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	169	R\$ 20,36	R\$ 3.440,84
6	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	BACIA EM PLÁSTICO COM CAPACIDADE PARA 10L; COR VERDE. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	119	R\$ 8,41	R\$ 1.000,79
7	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	BALDE PLÁSTICO - COR: PRETO; REFORÇADO COM ALÇA DE FERRO; CAPACIDADE PARA 12 LT; DIMENSÕES APROXIMADAS:34CM DE LARGURA X 29 CM DE ALTURA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	115	R\$ 14,54	R\$ 1.672,10



ITEM	DIVISÃO DE COTAS	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
8	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	BEBEDOURO/FILTRO (PLÁSTICO) - SUPORTE PARA GALÃO DE ÁGUA DE 20 LITROS. LEVE, PRÁTICO DE LIMPAR. PRODUTO ATÓXICO. CARENAGEM EM CUBA DE PLÁSTICO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	107	R\$ 26,85	R\$ 2.872,95
9	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CAÇAROLA MATERIAL ALUMÍNIO: CAPACIDADE: 73 L ALTURA: 26 CM ESPESSURA: 5 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA E ALÇAS REFORÇADAS, Nº 60 DIÂMETRO: 60 CM. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	13	R\$ 579,96	R\$ 7.539,48
10	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CAIXA PLASTICA - COM TAMPA MULTIUSO PARA COZINHA - APROXIMADAMENTE 16 LITROS BRANCA OU TRANSPARENTE. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	20	R\$ 43,46	R\$ 869,20
11	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CAIXA PLÁSTICA MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE: COMPRIMENTO: 235 MM LARGURA: 155 MM ALTURA: 85 MM APLICAÇÃO: MULTIUSO TIPO: EMPILHÁVEIS, COM TAMPA CAPACIDADE: 3 L. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	114	R\$ 14,63	R\$ 1.667,82
12	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CAIXA PLÁSTICA HORTI FRUTI AGRÍCOL CAIXA PLÁSTICA EMPILHÁVEL PARA HORTIFRUTI; FEITA POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA; CAPACIDADE DE 52 LITROS; DIMENSÕES APROX: 31 CM X 36 CM X 56 CM; COR: PRETA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	140	R\$ 40,90	R\$ 5.726,00
13	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CALDEIRÃO COM ALÇA - LINHA HOTEL, INDUSTRIAL, ALUMINIO 10LITROS, Nº24 - COM TAMPA.COM CERTIFICADO DO INMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	11	R\$ 78,34	R\$ 861,74
14	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CALDEIRÃO COM ALÇA - LINHA HOTEL, INDUSTRIAL, ALUMINIO 25 LITROS, Nº34 - COM TAMPA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	12	R\$ 157,21	R\$ 1.886,52
15	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO - GRANDE CAPACIDADE DE 95 LITROS; COM TAMPA; EM ALUMÍNIO; CABO TIPO ALÇA LATERAL EM ALUMÍNIO; DIMENSÕES APROXIMADAS: 50 CM DE DIÂMETRO X 50 CM DE LARGURA X 48 CM DE ALTURA X 3MM DE ESPESSURA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	14	R\$ 527,68	R\$ 7.387,52
16	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CESTO PARA LIXO CESTO DE LIXO DE 15 L; SEM TAMPA; FABRICADO EM POLIPROPILENO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 32 CM DE ALTURA E 24 CM DE DIÂMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	300	R\$ 15,67	R\$ 4.701,00
17	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CHALEIRA BULE N. 07 - EM ALUMÍNIO POLIDO; COM TAMPA; CABO EM LAUMÍNIO; COM REVESTIMENTO EM BAQUELITE; CAPACIDADE 5 LITROS.COM CERTIFICADO DO INMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	39	R\$ 69,99	R\$ 2.729,61



ITEM	DIVISÃO DE COTAS	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
18	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	COLHER DE MEXER EM SILICONE - COLHER COZINHA INTEIRAMENTE SILICONE MACIÇA; DIMENSÃO APROXIMADA: 27 CM DE COMPRIMENTO, COR: VERDE. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	37	R\$ 16,42	R\$ 607,54
19	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	COLHER PARA COZINHA DE ARROZ - GRANDE; PROFISSIONAL PARA COZINHA; EM AÇO INOX; DIMENSÕES APROXIMADAS: 8,5 CM X 51,5 DE ALTURA X 2 MM DE ESPESSURA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	50	R\$ 23,37	R\$ 1.168,50
20	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	COLHER DE MESA - EM AÇO INOXIDÁVEL COLHER DE MESA EM AÇO INOXIDÁVEL; DIMENSÕES APROXIMADAS: 17 CM DE COMPRIMENTO X 4 CM DE LARGURA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	8000	R\$ 1,90	R\$ 15.200,00
21	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	COLHER DE MESA (PLÁSTICO) COLHER PLÁSTICA PARA MERENDA ESCOLAR, DIMENSÃO APROXIMADA: 17 CM DE COMPRIMENTO; MATERIAL: POLIPROPILENO (PLÁSTICO), COR: VERDE.PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR, FEITO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO GROSSO DE ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE À TEMPERATURAS ALTAS DE ALIMENTOS. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	2500	R\$ 1,17	R\$ 2.925,00
22	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CONCHA EM INOX - CONCHA TAMANHO GRANDE; EM AÇO INOX; DIMENSÕES APROXIMADAS: 11X50 CM DE ALTURA X 2MM DE ESPESSURA; CAPACIDADE 250 ML. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	40	R\$ 21,41	R\$ 856,40
23	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CONJUNTOS COM GARFOS, FACAS E COLHERS PARA SERVIR DA ENTRADA E SOBREMESA - PEÇAS PRODUZIDAS COM LÂMINAS EM AÇO INOX COM ESPRESSURA E FORMATOS DIFERENCIADOS QUE GARANTEM MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. OS CABOS SÃO PRODUZIDOS EM POLIPROPILENO E GARANTEM MAIOR CONFORTO NO MANUSEIO, ELE AINDA ACOMPANHA UM POTE PLASTICO, PERFEITO PARA ARMAZENAR SUAS PEÇAS OU ALIMENTOS. EMBALAGEM COM 6 COLHRES DE MESA, 6 COLHERES DE CHÁ, 6 FACAS CHURRASCO E 6 GARFOS DE MESA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	20	R\$ 40,45	R\$ 809,00
24	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	COPO DE VIDRO- PARA ÁGUA; CAPACIDADE MÍNIMA DE 340 ML; COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 60 MM E ALTURA MÍNIMA DE 130 MM; INCOLOR; LISO; TIPO LONG DRINK. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	350	R\$ 5,57	R\$ 1.949,50
25	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	COPOS PARA MERENDA (PLÁSTICO - USO DO ALUNO) MATERIAL EM PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: PES: 025 G, 10 CM DE COMPRIMENTO X 8 CM DE LARGURA X 8 CM DE ALTURA. CAPACIDADE: 300 ML. COR: AZUL ESCURO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	1000	R\$ 2,34	R\$ 2.340,00

ITEM	DIVISÃO DE COTAS	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
26	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CORTADOR DE LEGUMES INDUSTRIAL EM AÇO INOX -TRIPÉ GRANDE, COM NAVALHA DE 8 A 10MM. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	7	R\$ 154,70	R\$ 1.082,90
27	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CUSCUZEIRA DE ALUMINIO HOTEL - COM PENEIRA INTERNA, COM BASE E TAMPA, APROXIMADAMENTE 10 LITROS - Nº 26.COM CERTIFICADO DO INMETRO.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	8	R\$ 77,87	R\$ 622,96
28	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	CUZCUZEIRAS EM ALUMÍNIO - CUZCUZEIRO INDUSTRIAL DE 20 LITROS EM ALUMÍNIO. DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO SUPERIOR: 31,5 CM; DIÂMETRO SUPERIOR COM AS ALÇAS: 43,5 CM; DIÂMETRO DE FUNDO: 21 CM; ALTURA TOTAL: 32 CM; ALTURA DO FUNDO: 11 CM; DIÂMETRO DA PENEIRA: 22,5 CM: ALTURA SUPORTE DA GRELHA 16 CM. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	19	R\$ 161,25	R\$ 3.063,75
29	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	ESCORREDOR DE MACARRÃO INDUSTRIAL; FEITO TODO EM ALUMÍNIO; COM BORDAS LATERAIS DOBRADAS E ALÇAS PARA FIRMEZA E SEGURANÇA NO USO; USADO PARA ESCORRER MACARRÃO EM ALTAS QUANTIDADES; MEDIDAS APROX, ALTURA: 26CM, DIÂMETRO: 50CM.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	25	R\$ 122,00	R\$ 3.050,00
30	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	ESCUMADEIRA; DE ALUMÍNIO; DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO TOTAL: 52 CM; COMPRIMENTO DO CABO: 40 CM; DIÂMETRO DA PENEIRA: 14 CM. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	45	R\$ 32,18	R\$ 1.448,10
31	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	ESPRESSADOR DE ALHO - EM AÇO CROMADO; CABO EM ABS; DIMENSÕES APROXIMADAS: 18 CM DE COMPRIMENTO X 5 CM DE LARGURA X 3 CM DE ALTURA.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	27	R\$ 8,08	R\$ 218,16
32	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	ESPRESSADOR DE BATATAS INDUSTRIAL - CESTO E EMBOLO EM AÇO INOX.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	12	R\$ 279,93	R\$ 3.359,16
33	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	FACA DE MESA SERRILHADA - TOTALMENTE FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL; DIMENSÕES APROXIMADAS: 21 CM DE ALTURA X 3 MM DE ESPESSURA.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	1620	R\$ 2,62	R\$ 4.244,40
34	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	FACA TIPO PEIXEIRA - FACA DE CORTE PARA COZINHA; LÂMINA EM AÇO INOX LISA; COM 12" E CABO DE POLIETILENO BRANCO OU POLYWOOD; PERMITIDA A VARIAÇÃO DE 2"; COM PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	11	R\$ 35,90	R\$ 394,90

ITEM	DIVISÃO DE COTAS	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
35	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	FACA TIPO PEIXEIRA - FACA DE CORTE PARA COZINHA; LÂMINA EM AÇO INOX LISA; COM 08" E CABO DE POLIETILENO BRANCO OU POLYWOOD; PERMITIDA A VARIAÇÃO DE 2"; COM PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	40	R\$ 11,29	R\$ 451,60
36	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	FORMA DE ALUMINIO - REDONDA SEM FURO, COM DIAMETRO DE APROXIMADAMENTE 40CM. COM CERTIFICADO DO INMETRO.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	12	R\$ 40,55	R\$ 486,60
37	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	FRIGIDEIRA EM TAMANHO Nº40 - ANTIADERENTE; DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 CM DE DIÂMETRO X 7 CM DE ALTURA X 3,5 MM DE ESPESSURA; CABO TIPO ALÇA LATERAL. COM CERTIFICADO DO INMETRO.EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	45	R\$ 126,20	R\$ 5.679,00
38	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	GARFO DE MESA - TOTALMENTE FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL; DIMENSÕES APROXIMADAS; 20 CM DE COMPRIMENTO X 2 CM DE LARGURA X 2 MM DE ESPESSURA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	1300	R\$ 1,68	R\$ 2.184,00
39	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	GARRAFA DE PLÁSTICO RETANGULAR PLÁSTICO 5 L -POLIPROPILENO E POLIETILENO, TRABNSPARENTE/VERDE. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	75	R\$ 33,46	R\$ 2.509,50
40	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ - CAPACIDADE DE NO MINIMO 1,8 LTS; AMPOLA DE VIDRO; BASE DE ROSCA; CORPO EM POLIPROPILENO LISO; TAMPA EM POLIPROPILENO COM SISTEMA DE BOMBEAMENTO DO LÍQUIDO QUENTE; CORPO COM ALÇA RETRÁTIL; COR PRETA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	80	R\$ 61,13	R\$ 4.890,40
41	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	JARRA PARA SUCO - JARRA DE POLIPROPILENO; CAPACIDADE PARA 5 LITROS; NA COR TRABNSPARENTE; COM TAMPA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	116	R\$ 43,26	R\$ 5.018,16
42	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	LIXEIRA RETANGULAR BASCULANTE PARA PIA – 5 LTS, CESTO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM TAMPA BASCULANTE. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	20	R\$ 15,73	R\$ 314,60
43	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	KIT DE PORTA CONDIMENTOS: GRANDE POTES DE PLÁSTICO RENDODO PARA ARMAZENAMENTO DE UTENSÍLIOS OU MANTIMENTOS; FORMATO: REDONDO; CAPACIDADE DE APROXIMADA DE 2 L; CARACTERÍSTICAS: 6 GOMOS TRANSPARENTES; CAPACIDADE APROXIMADA POR GOMO: 2 L; TAMPA NA COR VERDE; DIMENSÕES APROXIMADAS: 17 CM DE ALTURA X 13 CM DE LARGURA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	23	R\$ 78,79	R\$ 1.812,17

ITEM	DIVISÃO DE COTAS	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
44	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	KIT (JOGO) DE PANEAS PARA COZINHA - JOGO DE PANEAS EM ALUMÍNIO; INCLUINDO 5 COMPONENTES: LEITEIRA; FRIGIDEIRA; PANEAS COM TAMPA; PRODUIDAS EM ALUMÍNIO; MATERIAL CABO: BAQUELITE. REVESTIMENTO INTERNO EM ANTIADERENTE. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	55	R\$ 168,38	R\$ 9.260,90
45	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMÍNIO - GRANDE PANELA DE PRESSÃO COM CAPACIDADE DE 10 LITROS; EM ALUMÍNIO POLIDO; CABOS BAQUELITE; DIMENSÕES APROXIMADAS: 31 CM DE ALTURA X 28 CM DE LARGURA X 43 CM DE COMPRIMENTO E 3 MMDE ESPESSURA; TAMPA COM 08 TRAVAS DE SEGURANÇA EXTERNA.COM CERTIFICADO DO INMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	28	R\$ 150,71	R\$ 4.219,88
46	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL - EM ALUMINIO CAPACIDADE MINIMA 20 LITROS. COM CERTIFICADO DO INMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	4	R\$ 410,00	R\$ 1.640,00
47	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PANELA CAÇAROLA COM TAMPA EM ALUMINIO - LINHA INDUSTRIAL, TIPO HOTEL, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS.COM CERTIFICADO DO INMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	8	R\$ 113,76	R\$ 910,08
48	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PANELA CAÇAROLA COM TAMPA EM ALUMINIO - LINHA INDUSTRIAL, TIPO HOTEL, COM CAPACIDADE DE 32 LITROS. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	8	R\$ 216,08	R\$ 1.728,64
49	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PANELA CAÇAROLA COM TAMPA EM ALUMINIO - LINHA INDUSTRIAL, TIPO HOTEL, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	18	R\$ 362,90	R\$ 6.532,20
50	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PEGADOR DE MACARRÃO - PEGADOR DE MASSAS E SALADAS DENTADO EM INOX; DIMENSÃO APROXIMADA: 28 CM DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	55	R\$ 6,70	R\$ 368,50
51	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PENEIRA PLÁSTICA GRANDE - PENEIRA DOMÉSTICA; EM PLÁSTICO, COM BORDA DE PLÁSTICO, COM CABO, GRANDE; DIMENSÃO APROXIMADA DE 25 CM DE DIÂMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	55	R\$ 10,79	R\$ 593,45
52	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PORTA FAQUIERO EM PLÁSTICO - (POLIPROPILENO), COM TAMPA; PARA ARMAZENAMENTO DE TALHERES. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	60	R\$ 12,40	R\$ 744,00

ITEM	DIVISÃO DE COTAS	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
53	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PORTA SAL (SALEIRO) GRANDE PARA ARMAZENAMENTO DE SAL DE COZINHA; PRODUZIDO EM POLIPROPILENO; COM TAMPA; TRANSPARENTES. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	55	R\$ 10,44	R\$ 574,20
54	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PRATO DE VIDRO PARA REFEIÇÃO PRATO FUNDO; DE VIDRO TEMPERADO; COM ABAS; DIMENSÃO APROXIMADA: 22 CM DE DIÂMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	1300	R\$ 4,94	R\$ 6.422,00
55	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	PRATO PARA MERENDA (PLÁSTICO - USO DO ALUNO) PRATO PEQUENO FUNDO; PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR; FEITO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO GROSSO DE ALTA DURABILIDADE; RESISTENTE À TEMPERATURAS ALTA DE ALIMENTOS; DIMENSÃO APROXIMADA: 21 CM DE DIÂMETRO. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	1000	R\$ 2,91	R\$ 2.910,00
56	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	RECIPIENTE PLÁSTICO - RESISTENTE; TIPO BOX; QUADRADO; TRANSPARENTES; COM TAMPA; CAPACIDADE DE 56 LITROS; MEDINDO APROXIMADAMENTE 55,5 X 40,3 X 36,5 CM; POSSUI 02 TRAVAS NA TAMPA QUE AUXILIAM O FECHAMENTO DAS CAIXAS PARA ARMAZENAR ALIMENTOS. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	190	R\$ 58,29	R\$ 11.075,10
57	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	TÁBUA DE PLÁSTICO - POLIPROPILENO BRANCO; PARA CORTE DE CARNES, FRUTAS, PÃES E AFINS; DIMENSÕES APROXIMADAS: 50 CM DE COMPRIMENTO X 30 CM DE LARGURA. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	65	R\$ 71,94	R\$ 4.676,10
58	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	XÍCARA COM PIRES EM VIDRO; PARA CHÁ COM CAPACIDADE DE 100 ML; COR: TRANSPARENTES. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	175	R\$ 10,70	R\$ 1.872,50
59	EXCLUSIVA PARA ME/EPP	XÍCARA COM PIRES EM VIDRO; PARA CHÁ COM CAPACIDADE DE 240 ML; COR: TRANSPARENTES. EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UND	580	R\$ 9,46	R\$ 5.486,80
					VALOR TOTAL:	R\$ 192.040,27

VALOR TOTAL: R\$ 192.040,27 (Cento e Noventa e Dois Mil e Quarenta Reais e Vinte e Sete Centavos).

2. EXIGÊNCIAS

2.1. Os Utensílios de cozinha deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação e transportados adequadamente.



2.2. A empresa vencedora será responsável pelo transporte do objeto deste Termo de Referência, de seu estabelecimento até o(s) local(ais) determinado(s) pelo Município para entrega, como também, será responsável pelo seu descarregamento.

2.3. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal de venda para cada Ordem de Fornecimento enviada, onde conste, no mínimo, o nome do produto, sua marca, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

2.4. Os itens devem estar acondicionados em embalagem original e intacta, com data de fabricação visível).

2.5. O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

2.6. Após a adjudicação, nenhum dos produtos oferecidos, poderá ser substituído por outros de outras marcas, salvo por produtos de qualidade comprovadamente igual ou superior e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Secretaria de Educação, também de forma expressa.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 12 de setembro de 2024.

Cleciana Alves de Arruda
Secretária Municipal de Educação
Portaria GP 004/2021